

# Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>XI</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>XVII</b>
<b>1 A Carta de Fiança e o Seguro Garantia Judicial.....</b>	<b>1</b>
1.1 Legislação Aplicável à Carta de Fiança.....	2
1.2 Requisitos exigidos pela União para aceitação da Carta de Fiança como garantia na Execução Fiscal.....	5
1.2.1 Portaria nº 644, de 1º de abril de 2009 .....	6
1.3 Legislação aplicável ao Seguro Garantia Judicial .....	10
1.4 Requisitos exigidos pela União para aceitação do seguro como garantia na Execução Fiscal.....	18
1.4.1 Portaria PGFN nº 1.153, de 13 de agosto de 2009.....	18
1.4.2 Portaria PGFN nº 164, de 27 de fevereiro de 2014.....	21
1.5 Conclusões deste tópico.....	25
<b>2 O Tratamento dado pela Lei de Execuções Fiscais à Carta de Fiança e ao Seguro Garantia .....</b>	<b>29</b>
2.1 Esclarecimentos iniciais .....	29
2.2 Cenário anterior às alterações promovidas pela Lei nº 13.043/2014 .....	31
2.3 Cenário posterior às alterações promovidas pela Lei nº 13.043/2014 .....	38
2.4 Conclusões deste tópico.....	40

<b>3 Os Pedidos de Liquidação Antecipada da Carta de Fiança e do Seguro Garantia</b> .....	43
3.1 Fase da Execução Fiscal em que são apresentados pedidos de liquidação dessas modalidades de garantia .....	43
3.2 Fundamentação jurídica dos pedidos de liquidação antecipada dessas modalidades de garantia .....	44
3.3 Consequências práticas do atendimento dos pedidos de liquidação antecipada dessas modalidades de garantia .....	48
3.4 Conclusões deste tópico .....	49
<b>4 Análise Jurídica da Viabilidade e Legalidade da Liquidação Antecipada da Carta de Fiança e do Seguro Garantia</b> .....	51
4.1 O entendimento dos Tribunais Superiores quanto ao tema .....	51
4.1.1 Superior Tribunal de Justiça .....	51
4.1.2 Supremo Tribunal Federal .....	59
4.1.3 Conclusão sobre a jurisprudência dos Tribunais Superiores .....	61
4.2 Interpretação sistemática da Lei de Execuções Fiscais.....	63
4.2.1 O artigo 19 da LEF e a interpretação da expressão “sendo rejeitados os embargos” para definição do momento em que o terceiro será intimado para pagar o valor da dívida .....	63
4.2.2 Os artigos 9º, § 3º, 15, I, e 32, § 2º, da LEF e a equiparação (jurídica e não econômica) da Carta de Fiança Bancária e do Seguro Garantia ao depósito em dinheiro .....	67
4.2.3 A não previsão da Carta de Fiança e do Seguro Garantia na ordem estabelecida pelo artigo 11 da LEF .....	75

4.3 A Súmula nº 317 do Superior Tribunal de Justiça e a definitividade da execução de título extrajudicial .....	80
4.4 O artigo 1.012, § 1º, III, do Código de Processo Civil e o efeito meramente devolutivo da apelação contra sentença de improcedência dos Embargos à Execução .....	86
4.5 O artigo 10, I, “a”, da Portaria pgfn nº 164/2014 e a ocorrência de sinistro em apólices de Seguro Garantia independentemente do trânsito em julgado da Execução Fiscal .....	89
4.6 A Lei nº 9.703/1998 e a previsão de transferência de depósitos judiciais para a Conta Única do ente público.....	95
4.7 Conclusões deste capítulo .....	97
<b>5 Síntese Conclusiva .....</b>	<b>101</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>105</b>